



Diário Oficial

Município de Arari - Estado do Maranhão

Poder
Executivo

Diário Oficial Eletrônico da Prefeitura de Arari

SECOM
IMPrensa Oficial

Palácio Municipal • Av. Dr. João da Silva Lima, S/N • Centro • Arari • CEP 65.480-000 • Tel. 98 3453-1140

arari.ma.gov.br/diario

Ano XII • Número 177 • Arari, quarta-feira, 18 de setembro de 2024 • Edição regular • 5 página(s)

SUMÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARI	1
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - CCLC	1
AVISO DE LICITAÇÃO DA DISPENSA Nº 005/2024	1
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. N.º 010/2024. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024	1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARI COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - CCLC

AVISO DE LICITAÇÃO DA DISPENSA Nº 005/2024

O Município de Arari (MA), por meio da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Transporte, avisa aos interessados que fará realizar Licitação na seguinte modalidade e condições: DISPENSA ELETRÔNICA Nº 005/2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 125/2024. **Base Legal:** art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21 e demais legislações. Objeto: CONTRATAÇÃO DIRETA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NO MUNICIPIO DE ARARI/MA. Valor mínimo aceitável R\$ 43.551,42 (quarenta e três mil, quinhentos e cinquenta e um reais e quarenta e dois centavos). Recebimento das propostas: a partir do

dia 19/09/2024 a 23/09/2024. Data da abertura e encerramento da sessão: 24/09/2024 as 09:30 as 13:00. Informações e Edital, na plataforma eletrônica LICITANET ou no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Arari/MA, sito a Av. Dr. João da Silva Lima, S/N, Centro – CEP: 65.480-000, Arari/MA, no horário das 08:00hs às 13h, em dias uteis ou pelo e-mail: cclc@arari.ma.gov.br e no sítio oficial deste poder executivo (<https://arari.ma.gov.br/diario/>), onde poderão ser consultados ou obtidos gratuitamente, além do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço e/ou pelo e-mail informado. Arari – MA, 17 de setembro de 2024. Raimundo Fernandes Prazeres Filho – Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Transporte.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 010/2024. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARI, com sede na Av. Dr. João da Silva Lima, s/n, Centro, na cidade de Arari, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.242.846/0001-14, neste ato representada pela Secretária de Assistência Social, Roseline Santos Sousa, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 010/2024., processo administrativo nº 078/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em

conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA-CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA COMPOSIÇÃO DE KITS DE ENXOVAL DE BEBÊ PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ARARI - MA, especificado (s) no (s) Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 011/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: J E C DA COSTA NETO-ME
CNPJ: 17.212.365/0001-82
ENDEREÇO: RUA JUSTINA FERNANDES, 45 CENTRO ARARI-MA
TELEFONE: (98) 98523-8782
E-MAIL: magazine_laira@hotmail.com
REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
NOME: JOSE EDVALDO CARVALHO DA COSTA NETO
CPF: 041.878.043-90
RG: 032837342007-4
NACIONALIDADE: BRASILEIRO
ESTADO CIVIL: CASADO
PROFISSÃO: EMPRESÁRIO
ENDEREÇO COMPLETO: RUA JUSTINA FERNADES N: 45 CENTRO-ME CEP: 65480-000.

LOTE I

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR	TOTAL
1	150,00	PCT	FRALDA EM TECIDO 100%, ALGODÃO, CORD BRANCO , PACOTE COM 5 UND NO TAMANHO DE 70X70 CM	INCOM-FRAL	R\$ 18,21	R\$ 2.731,50
2	150,00	PCT	CUEIRO FLANELADO, 100% ALGODÃO, ESTAMPADO, TAMANHO 50X70CM, PACOTE COM 3 UND.	INCOM-FRAL	R\$ 21,48	R\$ 3.222,00
3	150,00	UND	TOALHA FRALDA OM CAPUZ BORDADA, 100% ALGODÃO, COR A DEFINIR, TAMANHO 0,70X70CM	LAIANNY BABY	R\$ 25,93	R\$ 3.889,50
4	150,00	UND	JOGO DE LENÇOL, ESTAMPADO 02 PEÇAS, 100% ALGODÃO, CONTÉM 01 FRONHA 28cm x 40cm, 01 LENÇOL DE CIMA 90cm x 1,40m	INCOM-FRAL	R\$ 24,25	R\$ 3.637,50
5	150,00	PCT	TOALHA FRALDA PINTE E BORDE TAMANHO 70X1, 10M, PACOTE COM 3 UNIDADE COR A DEFINIR	INCOM-FRAL	R\$ 15,45	R\$ 2.317,50



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
arari.ma.gov.br/diario - Código de busca: DOM17718092024

1

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,
que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





6	150,00	UND	BANHEIRA PLÁSTICO POLIPROPILENO P/ BEBÊ CAPACIDADE MIN DE 20LT C/ LACRE(VÁLVULA) MIN 190MMA X 400MM DE FUNDO X 400MM DE LARGURA E 700 DE COMPRIMENTO, COR A DEFINIR	CAJOVIL	R\$ 21,67	R\$ 3.250,50
7	150,00	UND	SAIDA DE MATERNIDADE MENINO/MENINA: COR A DENIFIR, CONTÉM 01 MACACÃO, 01 MANTA, 01 TOUCA, 01 PAR DE LUVINHA	LAIANNY BABY	R\$ 19,34	R\$ 2.901,00
8	150,00	PAR	MEIA INFANTIL TAM BEBÊ 100% POLIAMIDA 0 a 6 MESES CONTÉM 01 PAR.	VINNY	R\$ 4,88	R\$ 732,00
9	150,00	PCT	ALGODÃO BOLA DE ALGODÃO PESO LÍQUIDO 25g PURO ALGODÃO	FLOC	R\$ 2,34	R\$ 351,00
10	150,00	UND	HASTES FLEX (COTONETE) CONTÉM 75 UND, 100 % RECICLADAS	COTTON LINE	R\$ 1,90	R\$ 285,00
11	150,00	REFIL	LENÇO UMEDECIDO SUAVE E HIPOALERGÊNICOS ALOE VERA SEM ALCOOL ETÍLICO, REFIL CONTÉM 70 UNIDADES 19,5 CM X 11,5CM.	COTTON LINE	R\$ 4,56	R\$ 684,00
12	150,00	UND	REDE BERÇO COM MOSQUITEIRO E COLCHÃO MEDINDO 1,08 X 0,46CM	SONHO DE BEBÊ	R\$ 126,91	R\$ 19.036,50
13	150,00	CONJ	CONJUNTO PAGÃO PARA BEBÊ, CONTÉM 01 BLUSA MANGA LONGA, 01 PAR DE LUVAS E PAR DE SAPATINHO, 01 CALÇA	LAIANNY BABY	R\$ 9,97	R\$ 1.495,50
14	150,00	KIT	KIT CAMISETA COM 3 PEÇAS TAM RN	TILILI BABY	R\$ 10,60	R\$ 1.590,00
15	150,00	KIT	KIT MIJÃO COM 3 PEÇAS TAM RN	TILILI BABY	R\$ 9,07	R\$ 1.360,50
16	150,00	KIT	KIT DE BOLSA MATERNIDADE MENINO/MENINA: 01 BOLSA GRANDE COM 1 ABERTURA COM 2 ALÇA DE MÃO E 1 ALÇA DE OMBRO, DIMENSÕES: -ALTURA: 28 CM- LARGURA 39 CM 01 BOLSA MÉDIA FRASQUEIRA, CARACTERÍSTICAS: - 01 BOLSA PEQUENA COM 1 ABERTURA - ALÇA DE MÃO DUPLA, DIMENSÕES: ALTURA: 20CM, LARGURA 28CM COM ALÇA FIXA DE MÃO: 14CM DE ALTURA	BOLSAS BABY	R\$ 75,39	R\$ 11.308,50
17	150,00	UND	MANTA COBERTOR 100% POLIESTER TAMANHO 80CM X 2,00M	LAIANNY BABY	R\$ 17,59	R\$ 2.638,50
18	150,00	UND	TRAVESSEIRO ANTISSUFOCANTE CONTÉM 01 UNIDADE 32CM X 22CM X 03 CM TECIDO 100% ALGODÃO ENCHIMENTO: 100% ESPUMA POLIURETANO	INCOM-FRAL	R\$ 11,53	R\$ 1.729,50
19	150,00	UND	FRONHA CONTÉM: 01 FRONHA 28cm x 40 cm TECIDO 100% ALGODÃO.	INCOM-FRAL	R\$ 5,59	R\$ 838,50
						R\$ 63.999,00

LOTE II

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR	TOTAL
1	50,00	PCT	FRALDA EM TECIDO 100%, ALGODÃO, CORD BRANCO, PACOTE COM 5 UND NO TAMANHO DE 70X70 CM	INCOM-FRAL	R\$ 18,78	R\$ 939,00
2	50,00	PCT	CUEIRO FLANELADO, 100% ALGODÃO, ESTAMPADO, TAMANHO 50X70CM, PACOTE COM 3 UND.	INCOM-FRAL	R\$ 22,15	R\$ 1.107,50
3	50,00	UND	TOALHA FRALDA OM CAPUZ BORDADA, 100% ALGODÃO, COR A DEFINIR, TAMANHO 0,70X70CM	LAIANNY BABY	R\$ 26,74	R\$ 1.337,00
4	50,00	UND	JOGO DE LENÇOL, ESTAMPADO 02 PEÇAS, 100% ALGODÃO, CONTÉM 01 FRONHA 28cm x 40cm, 01 LENÇOL DE CIMA 90cm x 1,40m	INCOM-FRAL	R\$ 25,01	R\$ 1.250,50
5	50,00	PCT	TOALHA FRALDA PINTE E BORDE TAMANHO 70X1, 10M, PACOTE COM 3 UNIDADE COR A DEFINIR	INCOM-FRAL	R\$ 15,93	R\$ 796,50
6	50,00	UND	BANHEIRA PLÁSTICO POLIPROPILENO P/ BEBÊ CAPACIDADE MIN DE 20LT C/ LACRE(VÁLVULA) MIN 190MMA X 400MM DE FUNDO X 400MM DE LARGURA E 700 DE COMPRIMENTO, COR A DEFINIR	CAJOVIL	R\$ 22,35	R\$ 1.117,50
7	50,00	UND	SAIDA DE MATERNIDADE MENINO/MENINA: COR A DENIFIR, CONTÉM 01 MACACÃO, 01 MANTA, 01 TOUCA, 01 PAR DE LUVINHA	LAIANNY BABY	R\$ 19,95	R\$ 997,50
8	50,00	PAR	MEIA INFANTIL TAM BEBÊ 100% POLIAMIDA 0 a 6 MESES CONTÉM 01 PAR.	VINNY	R\$ 5,04	R\$ 252,00
9	50,00	PCT	ALGODÃO BOLA DE ALGODÃO PESO LÍQUIDO 25g PURO ALGODÃO	FLOC	R\$ 2,41	R\$ 120,50
10	50,00	UND	HASTES FLEX (COTONETE) CONTÉM 75 UND, 100 % RECICLADAS	COTTON LINE	R\$ 1,96	R\$ 98,00
11	50,00	REFIL	LENÇO UMEDECIDO SUAVE E HIPOALERGÊNICOS ALOE VERA SEM ALCOOL ETÍLICO, REFIL CONTÉM 70 UNIDADES 19,5 CM X 11,5CM.	COTTON LINE	R\$ 4,70	R\$ 235,00
12	50,00	UND	REDE BERÇO COM MOSQUITEIRO E COLCHÃO MEDINDO 1,08 X 0,46CM	SONHO DE BEBÊ	R\$ 130,87	R\$ 6.543,50
13	50,00	CONJ	CONJUNTO PAGÃO PARA BEBÊ, CONTÉM 01 BLUSA MANGA LONGA, 01 PAR DE LUVAS E PAR DE SAPATINHO, 01 CALÇA	LAIANNY BABY	R\$ 10,29	R\$ 514,50
14	50,00	KIT	KIT CAMISETA COM 3 PEÇAS TAM RN	TILILI BABY	R\$ 10,93	R\$ 546,50
15	50,00	KIT	KIT MIJÃO COM 3 PEÇAS TAM RN	TILILI BABY	R\$ 9,35	R\$ 467,50
16	50,00	KIT	KIT DE BOLSA MATERNIDADE MENINO/MENINA: 01 BOLSA GRANDE COM 1 ABERTURA COM 2 ALÇA DE MÃO E 1 ALÇA DE OMBRO, DIMENSÕES: -ALTURA: 28 CM- LARGURA 39 CM 01 BOLSA MÉDIA FRASQUEIRA, CARACTERÍSTICAS: - 01 BOLSA PEQUENA COM 1 ABERTURA - ALÇA DE MÃO DUPLA, DIMENSÕES: ALTURA: 20CM, LARGURA 28CM COM ALÇA FIXA DE MÃO: 14CM DE ALTURA	BOLSAS BABY	R\$ 77,74	R\$ 3.887,00
17	50,00	UND	MANTA COBERTOR 100% POLIESTER TAMANHO 80CM X 2,00M	LAIANNY BABY	R\$ 18,14	R\$ 907,00
18	50,00	UND	TRAVESSEIRO ANTISSUFOCANTE CONTÉM 01 UNIDADE 32CM X 22CM X 03 CM TECIDO 100% ALGODÃO ENCHIMENTO: 100% ESPUMA POLIURETANO	INCOM-FRAL	R\$ 11,89	R\$ 594,50
19	50,00	UND	FRONHA CONTÉM: 01 FRONHA 28cm x 40 cm TECIDO 100% ALGODÃO.	INCOM-FRAL	R\$ 5,77	R\$ 288,50
						R\$ 22.000,00

3. ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Arari-MA.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, es-

tadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:



4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Assistência Social não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura, podendo ser

prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento/prestação de serviço nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços

registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento/ prestação de serviço decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poder, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Arari, 17 de setembro de 2024.

Pelo órgão Gerenciador	Pelo Fornecedor Registrado
Roseline Santos Sousa Secretária de Assistência Social	Fornecedor: J E C DA COSTA NETO-ME CNPJ: 17.212.365/0001-82

EXERÇA SUA CIDADANIA E FAVOREÇA O CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO DO SEU MUNICÍPIO
ACOMPANHE AS AÇÕES E ATOS OFICIAIS DO GOVERNO MUNICIPAL EM NOSSO SITE ARARI.MA.GOV.BR
 Informações institucionais – Agência de Notícias - Diário Oficial do Município - Transparência Municipal - Licitações e Contratos
 Legislação Municipal - Links de serviços a servidores, empresas e ao cidadão – Dados gerais sobre o município de Arari



Diário Oficial

Município de Arari - Estado do Maranhão

Instituído pela Lei Municipal N° 008, de 28 de agosto de 2013
Regulamentado pelo Decreto N° 022, de 6 de julho de 2023



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARI – CNPJ 06.242.846/0001-14

Gabinete do Prefeito

Departamento de Comunicação

Av. Dr. João da Silva Lima N° 2, Centro, CEP 65.480-000 – Arari / MA

Rui Fernandes Ribeiro Filho Prefeito Municipal

Raimundo de Jesus Silva Sousa Vice-prefeito Municipal

João da Conceição Brito Sousa Chefe de Gabinete do Prefeito

José Francisco Martins Pereira Diretor de Departamento de Comunicação

João Batista Ericeira Silva das Mercês Jornalista SRT n° 1985/MA

Chefe de Divisão de Imprensa Oficial

Rodilson Silva Araújo Procurador geral do Município

José Cleilson Fernandes Jornalista SRT n° 1787/MA

Editor do Diário Oficial do Município

Luccas Carvalho Prazeres Colaborador

diario@arari.ma.gov.br - (98) 3453-1140

Código verificador de autenticidade



DOM17718092024



Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento contém carimbo de tempo como selo que atesta a data e a hora exatas em que foi criado e/ou recebeu a assinatura digital.

